



ESQUERDA

MARÇO 2010 | PUBLICAÇÃO MENSAL DO BLOCO DE ESQUERDA | www.esquerda.net | nº 38 | 1€

*Crise:
A austeridade
não é a única resposta.
É a resposta errada.*

NO FUTURE?

> POLÍTICA

**BLOCO QUER INVESTIGAÇÃO
POLÍTICA AO NEGÓCIO DA TVI**



Pag. 05

> INTERNACIONAL

11 PERGUNTAS SOBRE O ACORDO SWIFT



*Rui Tavares explica o
acordo que os EUA
queriam Pag.14*

> INTERNACIONAL

PORQUÊ SOCIALISMO?



*A opinião
de Albert
Einstein Pag.17*

20 Fevereiro 2010

BLOCO/MADEIRA ADIA III CONVENÇÃO REGIONAL

A tragédia causada pelo temporal de dia 20 de Fevereiro motivou o adiamento da Convenção marcada para o fim de semana seguinte. Francisco Louçã deslocou-se às zonas mais afectadas pela intempérie e a Comissão Coordenadora Regional endereçou condolências às famílias enlutadas e pediu o empenho de todos na reconstrução das zonas destruídas, para além de apresentar um voto de pesar na Assembleia Regional. A nova data da convenção é a 28 Março.

EPA/ HOMEM DE GOUVEIA



POLÍTICA

- 04. Entrevista a João Semedo.**
Por Luís Branco e Nino Alves
- 05. Bloco quer “investigação política” ao negócio da TVI.**
- 07. Sobre a crise da governabilidade.**
Por José Manuel Pureza
- 08. Entrevista a Nuno Teles.**
Por Gustavo Toshiaki

SOCIEDADE

- 10. Alicoop: 380 trabalhadores com contrato suspenso.**
- 10. Falsos recibos verdes em Serralves.**
- 11. Grupo Amorim despede por razões políticas.**
- 11. Tribunal considera ilícitos despedimentos no Rivoli.**
- 12. Entrevista a Duarte Vilar.**
Por Sofia Roque

INTERNACIONAL

- 14. 11 perguntas sobre o acordo SWIFT.**
Por Rui Tavares
- 17. Porquê Socialismo?**
Por Albert Einstein

OPINIÃO

- 20. Pessoas idosas, respostas sociais.**
Por Helena Pinto
- 21. OE: coligação de desistências.**
Por José Gusmão
- 22. Sinais equívocos.**
Por Cecília Honório

LOCAL

- 23. Breves**

ESQUERDA :: PROPRIEDADE E REDACÇÃO: BLOCO DE ESQUERDA, AV. ALMIRANTE REIS Nº 131 - 2ª, 1150-015 LISBOA
DIRECTOR: CARLOS SANTOS REDACÇÃO: LUÍS LEIRIA, LUÍS BRANCO, ANDRÉ PIRES, GUSTAVO TOSHIKI, SOFIA ROQUE EDIÇÃO GRÁFICA: RITA GORGULHO EDIÇÃO FOTOGRÁFICA: PAULETE MATOS
IMPRESSÃO: RAINHO & NEVES, LDA / STA. Mª DA FEIRA REGISTO ERC: 1254851 TIRAGEM: 3000



EDITORIAL
Carlos Santos

NÃO É INEVITÁVEL

Depois da decisão de congelar os salários dos trabalhadores da função pública, o governo determinou o alargamento desse congelamento também aos trabalhadores das empresas públicas. Aumentos zero é uma das respostas do governo para a crise, que faz com que ela recaia ainda mais sobre quem trabalha.

As empresas privadas vão aproveitar a boleia e seguir o exemplo do governo. A Portugal Telecom (PT) já deu mesmo um sinal nesse sentido, adiando as negociações salariais com os sindicatos para o mês de Maio e sugerindo um congelamento salarial. A PT hoje não é uma empresa pública, mas tenta aproveitar as decisões governamentais, para fazer o mesmo aos seus trabalhadores.

Além dos aumentos zero, as medidas orçamentais do governo vão também no sentido da redução do investimento público. No programa de intenções que o governo, no momento em que escrevo este artigo, prepara para apresentar a Bruxelas, o eufemisticamente chamado “plano de estabilidade e crescimento (PEC)”, estas medidas provavelmente serão prolongadas até 2013 e outras serão incluídas. Reduções nas despesas sociais do Estado, mais privatizações são outras medidas que certamente irão ser incluídas, mais ou menos claramente.

Em resumo, as velhas respostas de sempre para sair da crise: cortes salariais, cortes drásticos nos serviços públicos, entrega ao desbarato de bens públicos aos privados. Estas medidas terão como efeito, no entanto, prolongar a crise e, para um país que tem já uma elevada taxa de desemprego, agudizar os dramas sociais.

É necessário deixar claro, no entanto, que este caminho não era inevitável e que há alternativa.

O Bloco de Esquerda tem feito propostas: em vez dos cortes nos salários e nos serviços públicos, o aumento do investimento, o alargamento dos subsídios de desemprego a quem não os recebe, o aumento das pensões. Estas medidas permitiriam ajudar a dinamizar a economia e facilitar a saída da crise. E, o Bloco não esquece a necessidade de rigor, pelo contrário, defende a necessidade de cortes no desperdício do Estado e apresenta propostas para o aumento das receitas públicas. Por isso, por exemplo, defende cortes nas compras de material militar, cortes nas despesas com serviços contratados pelo Estado a privados, como a contratação de consultadoria jurídica externa. E defende medidas para aumento das receitas do Estado, como, por exemplo, a taxação das transferências para “off-shores” e dos prémios aos gestores. São respostas à crise que permitiriam combater o défice social e diminuir as desigualdades.

O governo Sócrates rejeita este caminho e, por isso, aprovou o orçamento em aliança com os partidos da direita, pretende que também o PEC seja aprovado pela mesma aliança PS, PSD e CDS, o que muito provavelmente irá acontecer. Não era inevitável: é a opção do governo Sócrates, que é contra os mais desfavorecidos e agrava as desigualdades sociais.



“Orçamento para a saúde vai diminuir”

Em entrevista, João Semedo alerta que “quando começar a faltar o dinheiro vão haver doentes que vão ficar sem tratamento” e fala também dos tempos máximos de espera no SNS.

ENTREVISTA DE LUÍS BRANCO E NINO ALVES

No sector da saúde, o que podemos esperar deste Orçamento de Estado?

O Orçamento para a saúde vai diminuir em 2010. Os hospitais vão ter menos dinheiro para mais serviço. Isso vai significar a ruína dos hospitais. Os hospitais hoje estão descapitalizados, estão carregados de dívidas como nunca estiveram, isso significa que quando começar a faltar o dinheiro vão haver doentes que vão ficar sem tratamento, isso é gravíssimo e é um aspecto muito importante deste orçamento de Estado. Por outro lado, vai continuar a precarização e instabilidade dos profissionais, vai continuar o recurso ao trabalho vendido por elevado custo pelos serviços privados e por vários estabelecimentos privados. Isso acontece já hoje, vai continuar a acontecer e os privados mais uma vez vão ganhar dinheiro à custa do Serviço Nacional de Saúde (SNS). Isso verifica-se em muitos sítios. Ainda recentemente o Bloco de Esquerda teve oportunidade de denunciar contratações desnecessárias e que não cumprem as regras de transparência da administração pública, que se verificam, por exemplo, no INEM. Como também tivemos oportunidade de apoiar a luta dos enfermeiros, porque ela é inteiramente justa. Os enfermeiros devem ser pagos como todos os outros licenciados e não há nenhuma razão

para que eles constituam uma exceção. Hoje, reina a precariedade, reina a instabilidade, reina o desprezo pelas carreiras profissionais, o desprezo pela diferenciação profissional. Isso verifica-se não apenas nos enfermeiros verifica-se também com outros corpos profissionais e significa também a existência no SNS de um conjunto de contratados a empresas privadas, que têm remunerações superiores à dos profissionais do próprio SNS, criando uma grande diferenciação de salários, grande diferenciação de condições de trabalho e prejudicando a coesão e o trabalho em equipa, que é essencial para a qualidade dos cuidados de saúde.

O tempo de espera para os cuidados hospitalares continua a ser maior do que a lei prevê. Que iniciativas terá o Bloco para este assunto?

O parlamento aprovou por proposta do Bloco de Esquerda uma carta de direitos de acesso dos utentes do SNS. Essa carta diz fundamentalmente que os hospitais e os centros de saúde têm de definir tempos máximos de resposta garantida, para evitar que os utentes estejam eternamente à espera de uma consulta, de um exame, de um internamento ou de uma cirurgia. A esmagadora maioria dos hospitais, a esmagadora maioria dos centros de

saúde não cumpre essa carta de direitos. O governo aprovou esses tempos de espera, mas nada fez para que eles se tornassem realidade. E, portanto, é necessário que a opinião pública, que os utentes do SNS, que os cidadãos procurem junto dos seus hospitais e dos seus centros de saúde quais as razões porque eles não estão a cumprir, nem definiram, nem divulgaram, nem cumprem esses tempos de espera. Este era um instrumento muito importante para melhorar a qualidade e a prontidão do acesso e está a acontecer exactamente o contrário. Hoje continua a esperar-se muito tempo por uma consulta, por um internamento ou por um exame, um simples exame, isso não é aceitável, porque as pessoas precisam de ter serviços no momento em que deles precisam e não no momento em que os serviços, por esta ou aquela razão, lhe podem facilitar e facultar esse atendimento. E, portanto, o Bloco de Esquerda vai empenhar-se numa campanha nacional junto das instituições de saúde, hospitais e centros de saúde, procurando que o movimento social e os cidadãos se interessem e se movimentem para que os hospitais e os centros de saúde definam esses tempos de espera e os cumpram a bem de consultas e de atendimentos de serviços de saúde a tempo e horas, que é isso que é necessário para a saúde dos portugueses. ✱



Bloco quer “investigação política” ao negócio da TVI

O Bloco já apresentou a proposta para uma Comissão de Inquérito na Assembleia da República. No PS, António Vitorino já admite que o governo “dá-se mal” com as críticas nos media. E os juízes pedem explicações a Pinto Monteiro e Noronha do Nascimento.

«O silêncio, ou os escassos esclarecimentos, a que se remeteram de novo as autoridades judiciárias que fizeram a avaliação final dos indícios não contribuiu, em nada, para a credibilidade da Justiça», afirmam os juízes em comunicado. A ASJP diz ainda os cidadãos «não compreendem as razões que levaram aquelas autoridades judiciárias a desvalorizar os indícios recolhidos no inquérito», sendo benéfico que o Procurador-Geral da República e o presidente do Supremo Tribunal de Justiça expliquem «de forma cabal e definitiva, para que, de uma vez por todas, não fique qualquer dúvida sobre os seus procedimentos e decisões».

Reunido com Pinto Monteiro esteve Francisco Louçã, que à saída voltou a defender uma comissão parlamentar de inquérito às suspeitas de interferência governamental nos media, que apresente conclusões «em poucas semanas». «Acho que nenhum partido disse que a rejeitava e fazem bem em

não a rejeitar (...) Registo a atitude que o PSD, o PCP e até o PS tomaram de não fecharem as portas à forma mais elevada que o Parlamento tem de verificar a actuação de um Governo. Se não se justifica neste caso uma comissão de inquérito, então as comissões de inquérito não têm razão para existir».

O deputado do Bloco faz uma separação entre «o que é do âmbito judicial» e «o que é do âmbito da política e da transparência que a política deve manter». Por isso, respondeu às objecções do PS por alegadamente estar em causa a separação de poderes. «Eu não peço a nenhum tribunal que actue em relação a uma matéria que está juridicamente encerrada. Queremos uma investigação sobre um acto político do Governo.» «Não há nenhuma razão para se abrir nenhum novo processo de investigação a propósito de questões que envolvam a relação do primeiro-ministro com a compra da TVI. Matéria totalmente distinta é a investigação



política. O primeiro-ministro disse no Parlamento que não conhecia, não acompanhava e não intervinha nas relações de uma empresa em que o Estado tem um papel determinante para a compra da TVI, e essa é uma questão da relação do Governo com a PT e da PT com a compra da TVI», sublinhou Louçã, acrescentando que este caso «tem que ver com as relações políticas de um Governo com a liberdade de expressão política e de expressão pública de opiniões e com a existência de uma comunicação que não seja tutelada ou influenciada pelo Governo».

Louçã assinalou ainda as diferenças entre uma comissão de inquérito e as audições já propostas pelo PSD e PS na Comissão parlamentar de Ética. «A comissão de inquérito não se limita a ouvir pessoas, mas tira conclusões. E é preciso tirar conclusões (...) Precisamos que haja responsabilização política sobre se sim ou não houve tentativas de intromissão ilegítimas. Todos temos a ganhar com o fim da confusão».

No seu programa semanal na RTP, o ex-dirigente do PS António Vitorino afirmou que Sócrates “deu uma resposta incorrecta quando disse que

não sabia” do negócio da PT/TVI. Pela primeira vez, Vitorino assumiu que este governo “dá-se mal com algum tipo de crítica da comunicação social”.

“Nada sei disso, são negócios privados e o Estado não se mete nesses negócios. Não estou sequer informado disso, nem o Estado tem conhecimento disso”, disse José Sócrates no parlamento acerca das notícias que davam como certo o negócio da compra da TVI pela PT. Em declarações à imprensa esta terça-feira, o primeiro-ministro já usou uma formulação diferente: “Todos aqueles que referem uma ligação do Governo à PT para a compra de uma estação de televisão estão a faltar à verdade. Nunca o Governo deu nenhuma orientação à PT para comprar nenhuma estação de televisão”. Sócrates acusou ainda o semanário Sol de ter cometido “um acto criminoso, ilegal” ao divulgar as conversas sob escuta e toda a oposição de aproveitar esse crime “para com esse crime atacarem os seus adversários políticos e atacarem-me a mim em particular”.

A revelação de escutas telefónicas entre um administrador da PT e um dirigente socialista veio desmentir o primeiro-ministro e adensar a suspeita de que Sócrates não só estaria a par do negócio até ao pormenor como teria estado na origem da iniciativa, com motivações políticas para silenciar vozes críticas na estação de Eduardo Moniz.

Para já, apenas o antigo deputado Ventura Leite levanta a voz no PS a pedir o afastamento do primeiro-ministro. “Temos uma liderança extremamente debilitada, que faz todos os esforços, no plano mediático, para mostrar dinamismo. Mas está muito fragilizada e não dá qualquer confiança ao país”, disse Ventura Leite ao Jornal Público.

Por seu lado, o grupo parlamentar do PS recusou a hipótese de Sócrates dar explicações ao parlamento sobre os assuntos revelados pelas escutas do processo Face Oculta. “O primeiro ministro não tem que fazer considerações sobre conversas privadas, que deveriam ter permanecido no foro privado e que apenas foram divulgadas de forma parcelar e descontextualizada”, reagiu o presidente do Grupo Parlamentar do PS, Francisco Assis, acrescentando que o sabemos verdadeiramente o que as pessoas estavam a dizer, o que queriam dizer e a quem se estavam a referir” nas conversas ao telefone interceptadas pela polícia.

No fim de Fevereiro, já com as audições a decorrer na Comissão de Ética, o PSD apresentou a sua proposta de inquérito parlamentar para apurar se houve intervenção do governo na intenção de compra da TVI pela PT. O Bloco, que foi o primeiro partido a fazer a proposta, reagiu com “muito agrado”. E o PS anunciou de imediato que votará contra. ✘



Sobre a “crise da governabilidade”

POR JOSÉ MANUEL PUREZA

As alterações à Lei das Finanças Regionais que votámos na Assembleia da República suscitaram, da parte do Governo, a ameaça desnorteada de uma crise política, com a insinuação de que poderia mesmo demitir-se, com o abandono do primeiro-ministro.

Digo-o desde já com toda a clareza: essa crise é injustificada, é artificial, é pantanosa e seria uma ofensa contra o país.

É artificial, porque a lei das finanças regionais foi na Madeira aprovada pelo mesmo PS que agora quer dela fazer pretexto para a crise política - e só o Bloco de Esquerda não aprovou essa proposta de lei porque verificamos como era desequilibrada e despesista.

É uma crise injustificada, porque se impunha corrigir uma distorção absurda da lei anterior, que o PS votou sozinho e contra o bom senso, ao imputar ao PIB da Madeira o valor das verbas do offshore para assim o inflacionar contabilisticamente e conseguir a redução de prestações que tinham sido a regra. Esse erro deve ser corrigido e será corrigido.

Mas é ainda uma crise escandalosa, porque o parlamento corrigiu com critérios anti-despesistas a lei que o PS tinha aprovado na Madeira, retirou mais de 150 milhões de euros dessa dotação proposta, proibiu os retroactivos e impôs regras transparentes, seguindo propostas do Bloco de Esquerda.

É uma crise escandalosa, porque o governo ou o PS nunca apresentaram propostas na especialidade para melhorar a lei. O PS demitiu-se das soluções.

É escandalosa, porque o valor da transferência que agora está em causa, cerca de 50 milhões de euros, era aproximadamente o valor que o governo se dispunha a conceder à margem da lei. É escandaloso, porque um governo não pode abandonar a sua responsabilidade por uma disputa sobre 1 milésimo do Orçamento.

Mas é sobretudo uma crise escandalosa, porque, com a nova lei e mais rigor, o governo não poderia ter concedido os 79 milhões de euros de aumento de endividamento que foram autorizados numa manhã de 6^ª de novembro com o Orçamento Rectificativo de Dezembro.

Com a nova lei e mais rigor, o Governo não poderia ter concedido os 1174 milhões de euros de avales ilegais para o governo regional da Madeira. Com a nova lei para mais rigor, o dinheiro deixa de circular por debaixo da mesa.

Mas é sobretudo uma crise escandalosa porque o governo que quer bai-

xar os salários e as pensões, o governo que recusa melhorar o acesso ao subsídio de desemprego em ano de crise, dizendo-nos que sem este Orçamento o país está perdido, parece estar disposto a provocar um colapso político que paralisaria o Orçamento por vários meses.

Nós ouvimos o comissário Almunia. E percebemos bem a ameaça intolerável que a Comissão Barroso e os mercados financeiros estão a fazer: ao aumentarem a especulação e os juros da dívida, estão a atacar a economia portuguesa e a agravar as condições do desemprego. Se, perante essa chantagem, o governo provoca uma crise política, é porque é incapaz de assumir a responsabilidade da procura de soluções.

Ao apresentar propostas para rigor nas contas com a Madeira, ao proteger a especificidade dos Açores que têm custos superiores, ao apresentar soluções e ao opor-se a esta demissão pantanosa, o Bloco de Esquerda diz aos portugueses que venceremos esta crise artificial, com os critérios que se impõem: responsabilidade, responsabilidade e responsabilidade. ★



“A recuperação económica internacional é uma miragem”

ENTREVISTA DE GUSTAVO TOSHIKI

Em entrevista ao Esquerda.net, o economista Nuno Teles fala sobre o desemprego em Portugal, a influência da União Monetária, e aponta saídas para vencer a crise.

Como vê a situação do desemprego em Portugal?

O desemprego em Portugal é, de longe, o principal problema do país. De uma situação de quase pleno-emprego no início da anterior década, passámos para uma taxa real que já ultrapassa os 10% da população activa. Num país com baixos salários e um sistema de segurança social deficiente, estes níveis traduzem numa profunda crise social que afecta sobretudo os mais vulneráveis - trabalhadores com salários reduzidos e baixas qualificações, que se distribuem assimetricamente pelo território afectando sobretudo as regiões historicamente mais deprimidas.

A origem do desemprego pode ser atribuída a crise?

O recente aumento exponencial do desemprego deve-se certamente ao contexto de profunda crise económica internacional - a maior desde a grande depressão - que afecta economias pequenas e abertas, como a portuguesa, de forma mais aguda.

No entanto, ainda antes da crise financeira, assistimos a uma tendência de crescimento do desemprego que

recua ao início da década passada, sinónimo de uma economia estagnada, sem perspectivas de crescimento, com as políticas públicas obcecadas com as contras públicas e o pacto de crescimento, em vez da necessária reconversão da economia.

É importante notar que não existem quaisquer perspectivas de redução da taxa de desemprego no actual contexto.

Qual a relação desta tendência de desemprego com a qualificação dos trabalhadores portugueses?

O desemprego é um fenómeno transversal em Portugal que afecta todos os portugueses. Há que distinguir entre a parte conjuntural, que afecta toda a Europa e não está relacionado com o nível de qualificações e o aspecto mais estrutural, sobretudo relacionado com o declínio de sectores produtivos baseados em mão de obra barata não qualificada, como é o caso do sector têxtil. O problema é que este declínio não significa uma real reestruturação da economia portuguesa. A política industrial em Portugal não

existe de forma sistémica, é na verdade um conjunto de medidas mais ou menos “improvisadas” que não aponta aos agentes económicos novos caminhos para uma economia mais robusta e competitiva.

Qual a influência da União Monetária europeia nesta tendência?

O processo de convergência nominal que Portugal seguiu para entrar no euro, nomeadamente a ancoragem cambial do escudo ao marco, decidida nos governos de Cavaco Silva, tinha como principal objectivo controlar a inflação, expondo o sector dos bens transaccionáveis (exportáveis) à competição e à estrutura de custos europeia. Desta forma as empresas portuguesas estavam impossibilitadas de aumentar preços mas sofriam uma estrutura de custos a nível interno mais elevada do que as outras economias.

Com excepção dos salários.

Sim, os salários foram, nessa altura, a maior variável de ajustamento da economia portuguesa. Neste processo os incentivos a investir no sector mais protegido dos bens não transaccionáveis aumentou exponencialmente, ajudado pelos processos de privatizações de empresas sem competição internacional (como por exemplo a BRISA e a EDP). Este processo foi agudizado já com euro.

Embora todos os países tenham a mesma política monetária, definida pelo BCE, sobretudo em função da economia alemã, as taxas de inflação foram divergindo desde 2001. Sem a possibilidade de desvalorizar a sua moeda, economias como a portuguesa foram perdendo competitividade externa, que resultou no, agora famoso, endividamento externo.

Neste quadro, quais as saídas para a economia portuguesa?

A questão coloca-se a vários níveis: Ao nível nacional o estado deve continuar a dinamizar a nossa frágil economia. Os défices orçamentais são males necessários sem os quais estaríamos

numa situação bastante mais grave, reduzir o défice nesta altura é puramente irresponsável, devido à contracção da economia que tal implicaria. Com consequente maior aumento do desemprego. Isto não quer dizer que o estado não pode gastar melhor. Os níveis de desperdício devem ser combatidos e a despesa deve estar orientada para as categorias que tenham maior impacto sobre o emprego, nomeadamente, através do pequeno e médio investimento público.

Outro foco das despesas deve ser a reconversão da economia portuguesa. Algumas boas propostas, como a de um New Deal verde, vinda de alguns economistas norte americanos, propõem um forte investimento público na área ambiental, criador de emprego e articulado agentes privados e instituições públicas, como as universidades. Tais medidas podem resultar numa vantagem internacional no médio prazo, dada a urgência de uma economia mais ambientalmente eficiente que todos enfrentamos.

Do lado da receita também muito pode ser feito no sentido de corrigir as profundas assimetrias sociais do nosso país: a taxação das mais valias, a reintrodução do imposto sucessório para as categorias de rendimento mais elevadas, o aumento do IVA para produtos de luxo, a introdução de um novo escalão no IRS, o fim do paraíso fiscal da madeira, são exemplos de boas propostas.

E ao nível europeu?

Tendo em conta que ao nível nacional muito possa e deva ser feito, existem questões estruturais da economia da zona euro que têm que ser urgentemente corrigidas. Hoje, temos países com enormes excedentes externos, como a Alemanha, graças a uma arquitectura económica que tem como contra-ponto os défices externos de economias como a portuguesa, a grega ou a espanhola. A zona euro não pode só ter coordenação monetária, o orçamento europeu tem que ter um maior peso (além dos demasiado modestos 1% do PIB europeu) com capacidade de endividamento, e que sirva de correcção às assimetrias regionais existentes.

As recentes notícias da negociação de um plano europeu de salvação da economia grega podem ser o início de uma discussão mais alargada, em que a esquerda tem de estar envolvida e mobilizada. Além disto, precisamos claramente de uma nova política monetária que contribua para o crescimento económico europeu e a luta contra o desemprego.

O que podemos esperar da situação económica internacional?

A recuperação económica internacional não passa de uma miragem. Nos últimos meses assistimos a algum tipo de estabilização económica - depois da queda livre dos mercados em 2008 - mas não existem reais sinais de recuperação, com a excepção da China e do Brasil.

Nas últimas semanas tivemos notícias negativas, os EUA reviram a sua taxa de desemprego anual em alta, mostrando que o aumento do crescimento económico americano no terceiro trimestre mais não foi que um ajustamento de inventários das empresas. Por outro lado, o motor económico europeu, a Alemanha, voltou no último trimestre a uma situação recessiva.

Concluindo: Existem alguns sinais de estabilização, mas poucos de retoma. Qualquer potencial recuperação esta a ser posta em causa pela obsessão dos mercados financeiros com os níveis de despesa e dívida pública, comprometendo o papel do estado na redinamização económica. Convém lembrar que foi graças ao aumento de despesa pública que não caímos numa situação igual à da grande depressão.

Há mesmo um paralelo histórico. Em 1937, perante os primeiros sinais de recuperação da economia norte americana, graças ao New Deal de Roosevelt, as autoridades monetárias decidiram começar a aplicar políticas monetárias mais restritivas. Num ambiente de grande nervosismo dos agentes o resultado foi um retorno à contracção económica, só resolvida com a segunda guerra mundial. Devemos aprender com os erros. ✘



Alicoop: 380 trabalhadores com contrato suspense

Na reunião geral de trabalhadores, na sede da Sociedade Cooperativa de Produtos Alimentares do Algarve (Alicoop), em Silves, o presidente do grupo José António Silva pretende anunciar o encerramento de mais de 60 lojas no Algarve e em Lisboa para além da suspensão dos contratos.

“Sem ter o apoio formal dos credores ao plano de viabilização, somos obrigados a reduzir a actividade do grupo

entre 90 e 95 por cento”, observou José António Silva.

Em causa está, segundo o responsável, a “salvaguarda dos activos da empresa”, que, não tendo recebido luz verde para implementar o plano apresentado a 8 de Fevereiro ao tribunal, se vê “forçada a não aumentar a dívida”.

A reunião da comissão de credores agendada para 9 de Fevereiro foi cancelada devido à ausência anunciada da Caixa Geral de Depósitos, por não estar disponível para financiar 1,2 milhões dos 5,5 milhões de euros necessários para salvar a cadeia de supermercados.

“A actividade é extraordinariamente deficitária no Algarve no Inverno, pelo que, estando nesta situação, podemos apenas manter em funcionamento cerca de uma dúzia de lojas onde se verifica maior facturação e, mesmo assim, em horário reduzido”, explicou José António Silva. Apesar da medida implicar a suspensão de contratos, o presidente da Alicoop garante que “não há despedimentos”.

Trata-se, segundo José António Silva, de “uma forma de não defraudar o património até à assembleia de credores e de garantir que os trabalhadores recebem o subsídio de desemprego,

pois neste momento não temos como lhes garantir ordenado”.

A Alicoop - que detém as empresas Alisuper, Macral e Geneco - conta com 87 supermercados Alisuper, 75 no Algarve e 12 em Lisboa, e quase 500 trabalhadores. Encontra-se em insolvência desde agosto de 2009, devido a dívidas acumuladas de cerca de 80 milhões de euros.

O plano de viabilização, que prevê a reconversão da maior cadeia de supermercados do Algarve numa insígnia internacional, tem o aval do maior credor, o MillenniumBCP.

Apesar do impasse, tanto José António Silva como a Comissão de Trabalhadores estão otimistas, pois acreditam na “mudança de posição da Caixa [Geral de Depósitos] em relação ao financiamento”, confessou à Lusa, o representante dos trabalhadores José Carlos Parreiro.

Cabe agora ao tribunal convocar a assembleia de credores, o que, na opinião do presidente da Alicoop, poderá acontecer no início de Março, o novo limite para que o plano mereça aprovação.

Ler mais em Alisuper: Bloco questiona governo: <http://www.esquerda.net/content/view/15276/28/>

Falsos recibos verdes em Serralves

O FERVE denunciou falsos recibos verdes na Fundação Serralves mas esta respondeu justificando-se com a «promoção do empreendedorismo», ignorando a ilegalidade em que se encontram os seus recepcionistas.

Conforme noticiou o Esquerda.net, o movimento FERVE - Fartos/as d'Estes Recibos Verdes denunciou na passada quarta-feira, dia 17 de Fevereiro, a situação laboral precária a que estão a ser submetidos os recepcionistas de Serralves.

São pessoas que trabalham “a falsos recibos verdes, algumas há mais de cinco anos, e que foram agora “convidadas” por Serralves a constituírem-se como empresa para poderem continuar a trabalhar no mesmo local de sempre (Serralves), exercendo as mesmas funções de sempre, sujeitas à mesma hierarquia de sempre”, diz o movimento.

Ao pedido de esclarecimentos do FERVE, a Fundação de Ser-



ralves respondeu que agiu “por forma a promover o empreendedorismo, potenciando e alavancando financeiramente as capacidades e competências dos membros daquela equipa, reforçando a sua capacidade de geração de proveitos”.

Cristina Andrade, do FERVE, afirma em comunicado que esta situação é criticável e questiona-se sobre se “Promover a capacidade de empreendedorismo é uma nova modalidade contratual, prestes a ser inserida num Código de Trabalho que ainda desconhecemos”.

No comunicado também se informa que o FERVE encaminhou esta denúncia a todos os grupos parlamentares, à Autoridade para as Condições de Trabalho e também ao Ministério da Cultura. O Bloco de Esquerda também já endereçou uma pergunta ao Ministério do Trabalho e da Segurança Social, ao Ministério da Cultura e à Autoridade para as Condições de Trabalho.



Grupo Amorim despede por razões políticas

A empresa CorksRibas despediu quatro trabalhadores, argumentando que eram alvo de “influência negativa” por parte do sindicato. O Bloco quer a intervenção da Autoridade para as Condições do Trabalho

“Esta motivação para o despedimento é absurda na medida em que tenta punir os trabalhadores por supostas influências de terceiros”, diz o comunicado do Bloco de Esquerda que considera “inaceitável” a atitude desta empresa da indústria granuladora de cortiça do concelho de Santa Maria da Feira, que pertence ao Grupo Amorim.

O deputado Pedro Filipe Soares questionou a Autoridade para as Condições de Trabalho sobre as acções a tomar face às bases para o processo disciplinar que “são de pura perseguição política aos seus trabalhadores, colocando em causa o direito constitucional

que lhes assiste de actividade política e sindical”.

“O Bloco de Esquerda considera este despedimento uma clara represália do Grupo Amorim à actividade política e sindical destes trabalhadores, dado que todos são activistas políticos e sindicais. Esta é a verdadeira motivação para o seu despedimento”, diz o comunicado da distrital aveirense, exigindo que “seja levantada uma contra-ordenação grave à empresa pela sua conduta, que resultou numa sanção abusiva”.

O deputado bloquista vai mais longe e diz mesmo que não há coincidências neste assunto, dado que os quatro

trabalhadores são reconhecidos na empresa como aderentes do Bloco de Esquerda e o Grupo Amorim é muitas vezes visado no argumentário político do Bloco. “Aliás, as causas apresentadas para o desencadear dos processos disciplinares não têm qualquer fundamento na realidade, como ficou claro nas declarações que os trabalhadores visados deram para o inquérito”, afirma Pedro Filipe Soares.

Veja vídeo da visita de Francisco Louçã
<http://www.esquerda.net/content/view/15290/129/>

Tribunal considera ilícitos os despedimentos no Rivoli

Em Janeiro de 2007, os trabalhadores do Rivoli e da Culturporto, empresa da Câmara do Porto, foram despedidos pelo executivo municipal na sequência da extinção da empresa.

Em primeira instância, o Tribunal de Matosinhos tinha decidido a favor da Câmara Municipal. O Tribunal da Relação decidiu agora a favor dos trabalhadores. Em acórdão do passado dia 8 de Fevereiro, os juízes da Relação consideram que “os contratos de trabalho dos autores não cessaram por caducidade”, que a Culturporto foi efectivamente extinta mas “a actividade económico/cultural exercida no Teatro Rivoli continuou a ser exercida” pela autarquia e, “posteriormente, por outras entidades, mas sempre, e em quaisquer das situações, sem os tra-

balhadores que estavam ao serviço da Culturporto”. Assim, o Tribunal considera que o despedimento destes trabalhadores “configura um despedimento colectivo” e que este decorreu “sem observância das formalidades” devidas.

O Tribunal decidiu então que o executivo municipal deve reintegrar 11 trabalhadores que o solicitaram e os restantes devem ser indemnizados. Todos estes trabalhadores devem “receber as retribuições que deixaram de auferir desde a data do despedimento e até ao trânsito em julgado do presente acórdão”. A Câmara do Porto é ainda condenada a pagar, a cada um dos trabalhadores, mil euros “por cada dia de atraso no cumprimento do dever de reintegração”.

Sobre esta decisão do Tribunal de Relação do Porto, João Teixeira Lopes do Bloco de Esquerda declarou à Lusa: “Fez-se justiça. Os trabalhadores do Rivoli e da Culturporto mereciam ter sido tratados de outra forma”. Teixeira Lopes considerou ainda que “foram pessoas esforçadas, que deram o seu melhor, que marcaram uma década fundamental na animação da cidade e que foram dispensadas com acrimónia e ilegalmente”.

Aborto: “A lei trouxe consequências benéficas”

Há três anos, no dia 11 de Fevereiro de 2007, o Sim ganhou no referendo pela despenalização da Interrupção Voluntária da Gravidez consagrando às mulheres portuguesas um direito há muito adiado.

WWW.FLICKR.M-FX.NET / MANUEL LINO

POR SOFIA ROQUE

Três anos passam desde que foi legalizada, em Portugal, a Interrupção Voluntária da Gravidez (IVG). Os serviços de saúde, e em particular o Serviço Nacional de Saúde (SNS), asseguram hoje este direito, garantindo igualdade no acesso e qualidade nos serviços prestados?

Nós consideramos notável o envolvimento dos hospitais públicos portugueses na aplicação da lei. A grande maioria dos hospitais, 38 em 51, aplicaram a lei que foi aprovada a 8 de Março de 2007. Há zonas do país onde, devido aos objectores de consciência, pode haver mais dificuldades de acesso e, eventualmente, serviços de pior qualidade uma vez que estão sobrelotados. Pior qualidade no atendimento dos serviços devido à procura, por um lado, mas também devido ao facto de haver hospitais importantes que não fazem IVG's.

Por surpreendente que pareça, a região de Lisboa é um exemplo de uma região onde existem hospitais que não prestam cuidados médicos de IVG, como o Hospital Amadora-Sintra, São Francisco Xavier, entre outros. A razão disso tem a ver com os objectores de consciência, é não haver médicos disponíveis porque os que existem, são objectores de consciência. Outra região que tem di-

fícultades evidentes é a dos Açores pela situação de insularidade e pelo facto de só um dos hospitais, em três, estar a fazer IVG's. Portanto, as mulheres têm de se deslocar inter-ilhas para fazerem uma IVG, o que acontece, mas pode colocar problemas às próprias mulheres. Agora não sabemos se a situação se mantém, mas o que se passava há uns meses atrás é que as mulheres tinham de ir para o Faial e passar lá 6 dias por causa da consulta prévia e do período de reflexão. Muitas destas mulheres nunca tinham saído sequer da sua freguesia. A sua privacidade, inclusivamente, poderia ficar ameaçada por isto.

Na região dos Açores encontramos problemas que têm a ver sobretudo com as dificuldades no acesso, na região de Lisboa com o congestionamento dos serviços. Mas há problemas noutras regiões do interior do país, como é o caso de Évora e da Guarda, onde os hospitais também não fazem IVG's e as mulheres têm de se deslocar a outros sítios.

Ainda assim, o facto de a lei ter garantido que quando um serviço não faz IVG's por objecção de consciência dos profissionais é obrigado a encaminhar as mulheres, isto é sinal de uma lei muito avançada, comparativamente a outros países, porque garante a realização das IVG's. Pode é atrasar... Pode aconte-

cer que haja mulheres cuja gravidez acaba por passar os prazos da lei, ficando impossibilitadas de avançar com a IVG. Não temos dados sobre pedidos de IVG que tenham sido recusados por estarem fora de tempo. Embora este seja um factor determinante porque a lei portuguesa é muito limitativa, ao contrário de outras leis que estendem o prazo até às 14 semanas, por exemplo. É o caso das leis francesa, espanhola, e a inglesa é até mais. Estas leis são mais adequadas aos prazos em que tudo isto acontece: a suspeita de se estar grávida, a confirmação da gravidez, a decisão de interromper a gravidez, o tempo de procura dos serviços, etc., tudo isso conta.

No entanto, os dados revelam que há de facto muitos milhares de mulheres que recorreram aos serviços de aborto e fizeram a IVG nos serviços públicos e também privados, no âmbito dos acordos com o sector público.

Temos condições para saber se as situações de aborto clandestino diminuíram?

O aborto clandestino nunca tem números. Mas se antes da lei o número de IVG's era de algumas centenas por ano (IVG's legais, claro), agora falamos de números próximos das 20 mil por ano. Portanto, eu diria que a maior parte das

mulheres portuguesas que se encontraram na situação de uma gravidez não desejada e que quiseram interromper a gravidez, o fizeram recorrendo ao SNS.

Mas nós sabemos, e temos testemunhos de profissionais, de ONG's e de projectos comunitários, que continua a haver, sobretudo em franjas de mulheres mais socialmente vulneráveis e excluídas, o recurso ao auto-aborto, por exemplo, realizado maioritariamente através do uso do Cytotec ou mesmo através do recurso a parteiras clandestinas. Em que dimensão, não sabemos mas pensamos que seja residual, face à oportunidade de saúde e de direitos que a lei abriu.

Não há registo de nenhuma morte relacionada com a prática de IVG desde que a lei foi aprovada e há uma razoável diminuição da existência de complicações maiores, ou muito graves, após aborto (infecções, sépsia e perfuração de órgãos). Por conseguinte, os dados do Ministério da Saúde revelam uma diminuição muito, muito grande destas complicações, que são um indicador do aborto clandestino. Isto quer dizer que a lei trouxe consequências benéficas para a saúde das mulheres.

As mulheres já não são criminalizadas por escolherem fazer uma IVG. Mas e o preconceito e o julgamento moral – notam-se ou conhecem-se os efeitos sociais desta lei, dentro e fora dos hospitais?

As mulheres são hoje tratadas de modo diferente nos hospitais porque agora há consultas específicas para o atendimento a essas mulheres, realizadas por profissionais que estão lá para as apoiar. A situação mudou e drasticamente. Mas isto não quer dizer que socialmente o aborto tenha deixado de ser considerado um problema. Veja-se, por exemplo, o Diário de Notícias de hoje (quarta-feira) onde numa notícia surgem vários médicos ginecologistas que culpabilizam as mulheres. Todo o artigo segue no sentido de dizer que as mulheres que abortam são mulheres irresponsáveis. Há ainda um trabalho a fazer no sentido de afirmar que a IVG é

um direito das mulheres numa situação de gravidez não desejada.

Mas também têm o direito à contracepção e o direito a prevenirem gravidezes não desejadas, estes direitos também têm de ser apontados. Nós continuamos a achar que a IVG é como que um último recurso e não deve ser encarada como uma forma de controlo da natalidade.



As mulheres são hoje tratadas de modo diferente nos hospitais porque agora há consultas específicas para o atendimento a essas mulheres, realizadas por profissionais que estão lá para as apoiar. A situação mudou e drasticamente.

Mas a IVG é um direito, ponto final.

Os tais médicos diziam que não era muito justo gastar dinheiro de impostos para fazer IVG's a mulheres que repetiam o recurso a este serviço. Ora, as mulheres que fazem repetidamente IVG's precisam de ser apoiadas no sentido de as deixarem de fazer e de passarem a utilizar contracepção segura. Não podemos cair no discurso do «você é um irresponsável porque devia fazer isto e não faz» que foi o que eles disseram no tal artigo. Aliás, este raciocínio é extremamente perigoso porque pode ser alargado a outras áreas da saúde. Por exemplo, poderá dizer-se depois que nós não temos de gastar dinheiro dos nossos impostos para pagar tratamentos a pessoas que têm complicações cardíacas porque não fizeram uma alimentação saudável! Ou que não devemos apoiar pessoas com cancro no pulmão porque fumam ou fumaram. Existe ainda, de facto, um discurso muito estigmatizante da parte dos profissionais, alguns até responsáveis por serviços de obstetrícia. Continuam a não aceitar que o aborto é um cuidado de saúde como qualquer outro.

Haverá sempre pessoas que vão ne-

cessitar desse serviço de saúde, porque não tiveram cuidado, porque erraram... Vamos antes trabalhar no sentido de reduzir essas situações.

O que não podemos ter é um discurso, que considero completamente ineficaz, que diz que estas mulheres nem deviam ser apoiadas ou deveriam ser penalizadas de alguma forma. Até porque uma parte delas estão, muito frequentemente, numa situação de exclusão social e isso seria mais uma coisa para as penalizar.

Obviamente, ter-se-á de continuar o trabalho de prevenção de gravidezes não desejadas, de educação contraceptiva, de educação sexual nas escolas. Esse trabalho tem de ser feito sempre.

Como estamos de medidas e políticas para o planeamento familiar, contracepção, apoio na maternidade, paternidade, educação sexual, etc.?

Nós não temos todos os dados necessários para fazer um balanço rigoroso. O que sabemos é que pelo menos o SNS tentou melhorar o acesso rápido das mulheres à contracepção e tentou impedir que possa haver situações de quebra de stocks de contraceptivos, situações que chegaram a ocorrer. Podemos dizer que o SNS fez algum investimento na educação para a saúde na comunidade que é, como dizer... um luxo para o SNS. Porque devido aos recursos limitados que nós temos, o SNS acaba por trabalhar muito mais numa lógica curativa do que numa lógica preventiva. Há excepções à regra, mas, de facto, os serviços de saúde têm poucos recursos e a utilizá-los, têm de o fazer na prestações de cuidados dentro dos centros de saúde, mas a educação para a saúde faz-se sobretudo fora dos centros de saúde.

Por outro lado, quanto à educação sexual nas escolas, há uma nova legislação mas que inexplicavelmente ainda não foi regulamentada. No entanto, os pedidos das escolas à APF, por acções de formação teve um aumento enorme, este ano lectivo, o que é muito significativo. Se isso for um indicador de que as escolas estão a organizar actividades, acreditamos que a educação sexual nas escolas está, digamos, a progredir. ★



11 perguntas sobre o acordo SWIFT

POR RUI TAVARES

O acordo interino da União Europeia sobre a entrega aos serviços secretos dos EUA de informação sobre dados bancários de cidadãos europeus através da rede SWIFT foi rejeitado na semana passada em Bruxelas por uma maioria de eurodeputados. Mas o que é o “acordo SWIFT? Ou, mais exactamente, o Terrorist Finance Tracking Program?

O relatório da comissão LIBE, aprovado com 29 votos a favor, 23 contra e uma abstenção, solicitou também à Comissão Europeia e ao Conselho Europeu para iniciar o trabalho de preparação de um acordo de longo prazo com os EUA sobre esta questão, reiterando que qualquer novo acordo deve cumprir com as exigências do Tratado de Lisboa e em particular a Carta dos Direitos Fundamentais.

O Conselho aderiu ao Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE)?

Não. O Artigo 218 do TFUE na versão de 1 de Dezembro de 2009 determina que “o Parlamento deve ser imediata e plenamente informado em todas as fases do processo”. Antes de mais, o Parlamento não foi informado imediatamente. Como todos sabem, a razão de tal obrigação de informar é um reflexo tanto do princípio democrático fundamental como do dever das instituições para a prática de cooperação leal. Tal como os serviços jurídicos do Parlamento

confirmaram no seu parecer de 2 de Fevereiro, o Conselho tem actuado “em violação do espírito do Artigo 218(6)(a) do TFUE” através da apresentação do Acordo ao Parlamento apenas 5 dias úteis antes da sua aplicação provisória a 1 de fevereiro e sem ter reagido aos reiterados pedidos do Parlamento para fazê-lo desde Dezembro. Os diversos pedidos de debate feitos pelos deputados ao Conselho e à Comissão também não foram respondidos senão até há alguns dias. Além disso, devido a este pedido extremamente atrasado para o consentimento e dado que o Acordo é provisoriamente aplicável, o Conselho privou o Parlamento privou da possibilidade de exercer adequadamente as suas prerrogativas. Em segundo lugar, o Parlamento também não foi totalmente informado. Há ainda um Anexo confidencial, entretanto disponibilizado, que designa os fornecedores de operação financeira e, portanto, é crucial para o alcance do Acordo. Também não está claro se e como o Parlamento deverá ser informado se este anexo será modificado no futuro.

O acordo cumpre os critérios estabelecidos pelo Parlamento na sua resolução de 17 de Setembro de 2009?

Não. Os Serviços Jurídicos do Parlamento Europeu, o Autoridade Europeia para a Protecção de Dados e o Artigo 29 do Grupo de Trabalho de Protecção de Dados explicam nas suas análises que diversos critérios estabelecidos pelo Parla-mento não estão a ser cumpridos.

Por exemplo, no acordo não há nenhuma decisão judicial prévia necessária para a transferência de dados; a definição de “terrorismo” é ligeiramente mais abrangente do que a estabelecida pela UE; o Acordo não indica o que são os períodos de retenção e quando os dados serão apagados; e não há nenhum recurso jurídico disponível para cidadãos da UE residentes nos EUA contra a transferência de dados ou, eventualmente, graves consequências.

Quantos dados são transferidos?

Muitos. Devido à sua organização técnica da SWIFT, a empresa não pode limitar as pesquisas de dados para indivíduos específicos. Com efeito, terá que (tal como fez no passado) transferir informação sobre todas as transações de um determinado país numa determinada data. Há relatos de que o Departamento do Tesouro dos EUA recebeu os dados brutos de até 25% de todas as operações da SWIFT. Isso não é proporcional ao objectivo e ainda coloca a União Europeia sob o risco de espionagem económica. Além disso, o Autoridade Europeia para a Protecção de Dados e o Artigo 29 do Grupo de Trabalho exprimem as suas preocupações sobre o Artigo 4 (6), que afirma que “se o Provedor Designado não for capaz de identificar e de produzir os dados específicos para responder ao pedido por razões técnicas, todos os dados potencialmente relevantes devem ser transmitidos em massa”. Isto poderia tornar-se na rotina, e não a excepção.

O Acordo protege informação sobre transferências para países terceiros?

Não. Segundo os Serviços Jurídicos do Parlamento, o Acordo exclui a transferência de dados em bruto para países terceiros ou agências, mas permite a transferência de “pistas”. Enquanto “pistas” não é um termo legal estabelecido na UE, isto naturalmente irá conter informações pessoais sobre cidadãos, residentes e seus parceiros de negócios em outros países. O Autoridade Europeia para a Protecção de Dados e o Artigo 29 do Grupo de Trabalho também expressam a sua preocupação afirmando que “a partilha de dados pessoais com países terceiros não está nem está claramente definida e nem está sujeita a garantias adequadas”.

O Acordo cumpre as normas europeias de protecção de dados e de privacidade?

Não. A Autoridade Europeia para a Protecção de Dados e várias outras Autoridades de Protecção de Dados tem repetidamente publicado análises detalhadas mostrando que o Acordo é muito intrusivo de privacidade, uma vez que interfere com a vida privada de todos os europeus.

Para justificar a privacidade destas medidas invasivas, são precisas provas de que tais medidas são necessárias e proporcionais. Esta evidência está em falta! Não é possível ver qualquer valor acrescentado ao Acordo, uma vez que coincide com o já existente na UE e com os instrumentos internacionais neste domínio.

A transferência de dados traz ganhos de segurança à UE?

Não. Isto é: os dados financeiros são indubitavelmente úteis na luta contra o terrorismo, mas as informações podem ser obtidas sem o acordo também. Os relatórios confidenciais do juiz Bruguière não evidenciaram que tenha havido um caso de terrorismo que tenha sido impedido ou levado a tribunal com base nos dados financeiros. Os relatórios fazem até afirmações falsas; por exemplo referindo-se ao caso alemão IJU de 2007. A Polícia Criminal Federal alemã (BKA) confirmou publicamente que os dados financeiros não eram de todo necessários neste caso.

P: Mas não é o acordo provisório de qualquer maneira? Não vai durar apenas durante um período de nove meses?

Não exactamente. Os dados recolhidos durante este período e previsto para as autoridades americanas estarão sob um período de retenção de 5 anos. Se extraídos para fins de investigação judicial, esses dados estarão sujeitos ao período de conservação previsto pela lei americana que é de até 90 anos (e tem que ser dito que, devido a razões técnicas, os dados extraídos podem incluir uma vasta quantidade de informações colaterais, por exemplo: os dados de um país durante um determinado mês ou ano). Além disso, este chamado acordo provisório poderá estabelecer práticas institucionais que podem ser muito difíceis de mudar. Pode ser que um “acordo” permanente não seja capaz de mudar muito do que temos no acordo provisório.

O que vai acontecer às investigações de terrorismo se o Parlamento não der o seu consentimento ao acordo?

Não haverá falta de segurança. A aplicação provisória do Acordo será suspensa após 10 dias e terminará em 30 dias. As autoridades dos EUA poderá ainda solicitar dados para investigações específicas com base na legislação nacional. Essas leis nacionais transpuseram a Convenção Europeia dos Direitos Humanos, a Carta dos Direitos Fundamentais e a Convenção 108 do Conselho da Europa e terão, portanto, o nível adequado de protecção. A luta contra o terrorismo, incluindo a investigação operações financeiras relacionadas com terrorismo, não pára se o Parlamento não der o consentimento.

O que acontecerá com as relações transatlânticas se o Parlamento não der o seu consentimento ao acordo?

O governo dos EUA poderá negociar um acordo com a UE no futuro com base no respeito mútuo e valores partilhados e no respeito pelos critérios claros enunciados pelo Parlamento há cinco meses atrás. Com efeito, isto refor-

çará a posição de negociação do Conselho vis-à-vis com os Estados Unidos e assegurará uma melhor protecção dos cidadãos da UE.

O que vai acontecer às relações inter-institucionais da UE se o Parlamento não der o seu consentimento ao acordo?

O Conselho e a Comissão também certificar-se-ão de que o Parlamento é imediata e plenamente informado sobre negociações internacionais no futuro. Isto de facto assegurará que as relações inter-institucionais sejam tratadas de acordo com o Artigo 218 do TFUE, conferindo plena legitimidade democrática a acordos futuros.

Será que poderíamos ter um acordo melhor se começássemos do zero?

Durante as audições aos novos comissários, Cecilia Malmström (Assuntos Internos) e Viviane Reding (Justiça, Direitos Fundamentais e Cidadania) deram respostas convincentes quando indagadas sobre o que fariam se estivessem a negociar um novo acordo. As comissárias persuadiram a maioria dos deputados de que teriam tanto o conhecimento como a competência para negociar um acordo que obedece aos princípios da necessidade e da proporcionalidade na luta contra o terrorismo, e que protege a integridade e segurança dos dados financeiros europeus. ★

Acordo SWIFT chumbado no PE



Rui Tavares
eurodeputado presente
na comissão parlamentar
liberdades e direitos cívicos

Dia 18 de Fevereiro, o Parlamento Europeu (PE) recusou aprovar o acordo provisório SWIFT relativo à transferência de dados bancários para os EUA, manifestando a sua preocupação relativamente à protecção de dados dos cidadãos europeus, à proporcionalidade e à reciprocidade. Com esta rejeição, o acordo assinado entre os ministros dos 27 Estados-Membros e os EUA não pode produzir efeitos jurídicos. Os eurodeputados propõem que seja negociado um novo acordo.

Para o eurodeputado Rui Tavares esta votação foi muito importante, porque representou “uma vitória para os direitos civis, uma mudança histórica das relações transatlânticas, e uma vitória do parlamento europeu e do equilíbrio de poderes na própria Europa”.

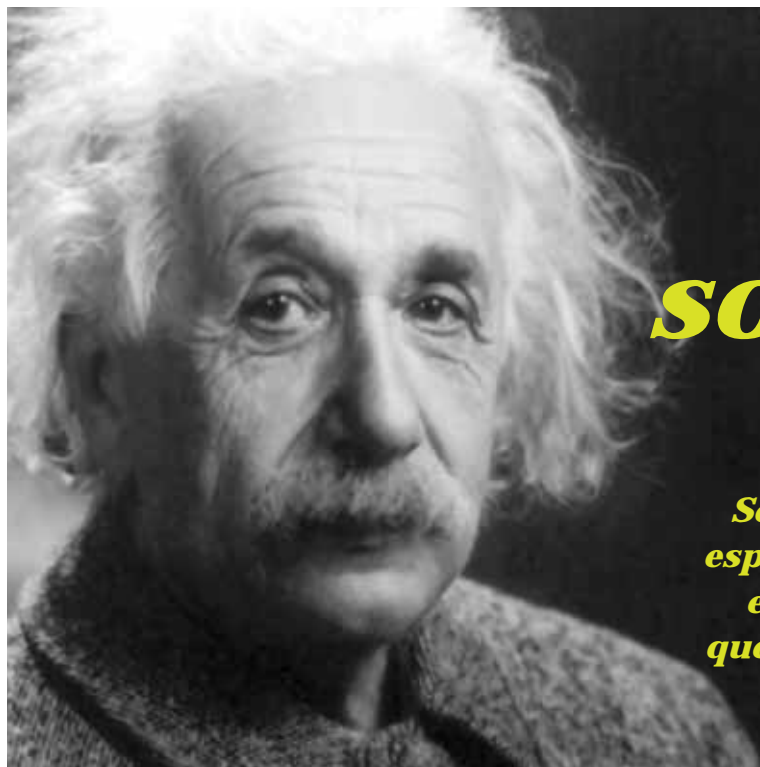
O eurodeputado eleito pelo Bloco de Esquerda destacou ainda que esta vitória só foi possível com um intenso trabalho de articulação política, que reuniu votos da esquerda, dos verdes, dos socialistas, dos liberais e até alguns votos da direita. Rui Tavares lembrou que a direita quis adiar a votação, que foi conquistada com uma margem de apenas 15 votos, num universo de 736 deputados. A recomendação da Comissão das Liberdades Cívicas, Justiça e Assuntos Internos do PE para que não fosse aprovada a celebração do acordo teve o apoio de 378 eurodeputados, contra 196 e 31 abstenções.

Em entrevista ao esquerda.net Rui Tavares afirmou: “Este voto de hoje representou uma importante vitória dos direitos civis, da privacidade e dos princípios da necessidade e da proporcionalidade. Detivemos uma tentativa de constituir uma enorme base de dados, que não sabemos sequer se é necessária e justificada, lembrando que atrás desta viriam outras. A partir de agora eles sabem que no Parlamento Europeu há uma maioria contra este tipo de coisas”.

“O Conselho não foi suficientemente forte” no que diz respeito à protecção dos dados dos cidadãos, argumentou a relatora, Jeanine Hennis-Plasschaert. Segundo a eurodeputada liberal holandesa, as regras sobre transferência e armazenamento de dados previstas no acordo não são proporcionais em relação ao objectivo de segurança supostamente pretendido. Para dar continuidade ao intercâmbio de dados bancários no âmbito da luta contra o terrorismo, a UE e os EUA podem sempre recorrer ao acordo sobre auxílio judiciário mútuo, sendo neste caso a transferência de dados para os EUA regida pela legislação nacional do Estado-Membro em causa.

Para Rui Tavares este também foi “(...) há aqui uma assumption clara de que os nossos interesses nem sempre são os interesses dos norte-americanos, ou, se não fosse assim, pediríamos reciprocidade, se os nossos dados podem ir para lá, os deles também podem vir para cá”.

A Comissão Europeia anunciou ontem que irá apresentar “nas próximas semanas” recomendações com vista à celebração de um acordo de longo prazo com os EUA as quais irão ter em conta as preocupações do PE e do Conselho e assegurar o máximo respeito pela privacidade e protecção dos dados dos cidadãos.



Porquê socialismo?

Será aconselhável para quem não é especialista em assuntos económicos e sociais exprimir opiniões sobre a questão do socialismo? Eu penso que sim, por uma série de razões.

POR ALBERT EINSTEIN | PUBLICADO NA EDIÇÃO DE LANÇAMENTO DA MONTHLY REVIEW, EM MAIO DE 1949.

Consideremos antes de mais a questão sob o ponto de vista do conhecimento científico. Poderá parecer que não há diferenças metodológicas essenciais entre a astronomia e a economia: os cientistas em ambos os campos tentam descobrir leis de aceitação geral para um grupo circunscrito de fenómenos de forma a tornar a interligação destes fenómenos tão claramente compreensível quanto possível. Mas, na realidade, estas diferenças metodológicas existem. A descoberta de leis gerais no campo da economia torna-se difícil pela circunstância de que os fenómenos económicos observados são frequentemente afectados por muitos factores que são muito difíceis de avaliar separadamente. Além disso, a experiência acumulada desde o início do chamado período civilizado da história humana tem sido – como é bem conhecido – largamente influenciada e limitada por causas que não são, de forma alguma, exclusivamente económicas por natureza. Por exemplo, a maior parte dos principais estados da história ficou a dever a sua existência à conquista. Os povos conquistadores estabeleceram-se, legal e economicamente, como a classe privilegiada do país conquistado. Monopolizaram as terras e nomearam um clero de

entre as suas próprias fileiras. Os sacerdotes, que controlavam a educação, tornaram a divisão de classes da sociedade numa instituição permanente e criaram um sistema de valores segundo o qual as pessoas se têm guiado desde então, até grande medida de forma inconsciente, no seu comportamento social.

Mas a tradição histórica é, por assim dizer, coisa do passado; em lado nenhum ultrapassámos de facto o que Thorstein Veblen chamou de “fase predatória” do desenvolvimento humano. Os factos económicos observáveis pertencem a essa fase e mesmo as leis que podemos deduzir a partir deles não são aplicáveis a outras fases. Uma vez que o verdadeiro objectivo do socialismo é precisamente ultrapassar e ir além da fase predatória do desenvolvimento humano, a ciência económica no seu actual estado não consegue dar grandes esclarecimentos sobre a sociedade socialista do futuro.

Segundo, o socialismo é dirigido para um fim sócio-ético. A ciência, contudo, não pode criar fins e, muito menos, incuti-los nos seres humanos; quando muito, a ciência pode fornecer os meios para atingir determinados fins. Mas os próprios fins são concebidos por personalidades com ideais éticos eleva-

dos e – se estes ideais não nascerem já votados ao insucesso, mas forem vitais e vigorosos – adoptados e transportados por aqueles muitos seres humanos que, semi-inconscientemente, determinam a evolução lenta da sociedade.

Por estas razões, devemos prevenir-nos para não sobrestimarmos a ciência e os métodos científicos quando se trata de problemas humanos; e não devemos assumir que os peritos são os únicos que têm o direito a expressarem-se sobre questões que afectam a organização da sociedade.

Inúmeras vozes afirmam desde há algum tempo que a sociedade humana está a passar por uma crise, que a sua estabilidade foi gravemente abalada. É característico desta situação que os indivíduos se sintam indiferentes ou mesmo hostis em relação ao grupo, pequeno ou grande, a que pertencem. Para ilustrar o meu pensamento, permitam-me que exponha aqui uma experiência pessoal. Falei recentemente com um homem inteligente e cordial sobre a ameaça de outra guerra, que, na minha opinião, colocaria em sério risco a existência da humanidade, e comentei que só uma organização supra-nacional ofereceria protecção contra esse perigo. Imediatamente o meu visitante, muito calma-

e friamente, disse-me: “Porque se opõe tão profundamente ao desaparecimento da raça humana?”

Tenho a certeza de que há tão pouco tempo como um século atrás ninguém teria feito uma afirmação deste tipo de forma tão leve. É a afirmação de um homem que tentou em vão atingir um equilíbrio interior e que perdeu mais ou menos a esperança de ser bem sucedido. É a expressão de uma solidão e isolamento dolorosos de que sofre tanta gente hoje em dia. Qual é a causa? Haverá uma saída?

É fácil levantar estas questões, mas é difícil responder-lhes com um certo grau de segurança. No entanto, devo tentar o melhor que posso, embora esteja consciente do facto de que os nossos sentimentos e esforços são muitas vezes contraditórios e obscuros e que não podem ser expressos em fórmulas fáceis e simples.

O homem é, simultaneamente, um ser solitário e um ser social. Enquanto ser solitário, tenta proteger a sua própria existência e a daqueles que lhe são próximos, satisfazer os seus desejos pessoais, e desenvolver as suas capacidades inatas. Enquanto ser social, procura ganhar o reconhecimento e afeição dos seus semelhantes, partilhar os seus prazeres, confortá-los nas suas tristezas e melhorar as suas condições de vida. Apenas a existência destes esforços diversos e frequentemente conflituosos respondem pelo carácter especial de um ser humano, e a sua combinação específica determina até que ponto um indivíduo pode atingir um equilíbrio interior e pode contribuir para o bem-estar da sociedade. É perfeitamente possível que a força relativa destes dois impulsos seja, no essencial, fixada por herança. Mas a personalidade que finalmente emerge é largamente formada pelo ambiente em que um indivíduo acaba por se descobrir a si próprio durante o seu desenvolvimento, pela estrutura da sociedade em que cresce, pela tradição dessa sociedade, e pelo apreço por determinados tipos de comportamento. (...)

O homem adquire à nascença, através da hereditariedade, uma constituição biológica que devemos considerar

fixa ou inalterável, incluindo os desejos naturais que são característicos da espécie humana. Além disso, durante a sua vida, adquire uma constituição cultural que adopta da sociedade através da comunicação e através de muitos outros tipos de influências. É esta constituição cultural que, com a passagem do tempo, está sujeita à mudança e que determina, em larga medida, a relação entre o indivíduo e a sociedade. A antropologia moderna ensina-nos, através da investigação comparativa das chamadas culturas primitivas, que o comportamento social dos seres humanos pode divergir grandemente, dependendo dos pa-



Só há uma forma de eliminar estes sérios males: a constituição de uma economia socialista, acompanhada por um sistema educativo orientado para objectivos sociais.

drões culturais dominantes e dos tipos de organização que predominam na sociedade. É nisto que aqueles que lutam por melhorar a sorte do homem podem fundamentar as suas esperanças: os seres humanos não estão condenados, devido à sua constituição biológica, a exterminarem-se uns aos outros ou a ficarem à mercê de um destino cruel e auto-infligido. (...)

Há determinadas condições que não podemos alterar. Como mencionado anteriormente, a natureza biológica do homem, para todos os objectivos práticos, não está sujeita à mudança. Além disso, os desenvolvimentos tecnológicos e demográficos dos últimos séculos criaram condições que vieram para ficar. Em populações com fixação relativamente densa e com bens indispensáveis à sua existência continuada, é absolutamente necessário haver uma

extrema divisão do trabalho e um aparelho produtivo altamente centralizado. Já lá vai o tempo – que, olhando para trás, parece ser idílico – em que os indivíduos ou grupos relativamente pequenos podiam ser completamente auto-suficientes. É apenas um pequeno exagero dizer-se que a humanidade constitui, mesmo actualmente, uma comunidade planetária de produção e consumo.

Cheguei agora ao ponto em que vou indicar sucintamente o que para mim constitui a essência da crise do nosso tempo. Diz respeito à relação do indivíduo com a sociedade. O indivíduo tornou-se mais consciente do que nunca da sua dependência relativamente à sociedade. Mas ele não sente esta dependência como um bem positivo, como um laço orgânico, como uma força protectora, mas sim como uma ameaça aos seus direitos naturais, ou até à sua existência económica. Além disso, a sua posição na sociedade é tal que os impulsos egotistas da sua composição estão constantemente a ser acentuados, enquanto os seus impulsos sociais, que são por natureza mais fracos, se deterioram progressivamente. Todos os seres humanos, seja qual for a sua posição na sociedade, sofrem este processo de deterioração. Inconscientemente prisioneiros do seu próprio egotismo, sentem-se inseguros, sós, e privados do gozo naïve, simples e não sofisticado da vida. O homem pode encontrar sentido na vida, curta e perigosa como é, apenas dedicando-se à sociedade.

A anarquia económica da sociedade capitalista como existe actualmente é, na minha opinião, a verdadeira origem do mal. Vemos perante nós uma enorme comunidade de produtores cujos membros lutam incessantemente para despojar os outros dos frutos do seu trabalho colectivo – não pela força, mas, em geral, em conformidade com as regras legalmente estabelecidas. A este respeito, é importante compreender que os meios de produção – ou seja, toda a capacidade produtiva que é necessária para produzir bens de consumo bem como bens de equipamento adicionais – podem ser legalmente, e na sua maior parte são, propriedade privada de indivíduos. (...)

O detentor dos meios de produção está em posição de comprar a mão-de-obra. Ao utilizar os meios de produção, o trabalhador produz novos bens que se tornam propriedade do capitalista. A questão essencial deste processo é a relação entre o que o trabalhador produz e o que recebe, ambos medidos em termos de valor real. Na medida em que o contrato de trabalho é “livre”, o que o trabalhador recebe é determinado não pelo valor real dos bens que produz, mas pelas suas necessidades mínimas e pelas exigências dos capitalistas para a mão-de-obra em relação ao número de trabalhadores que concorrem aos empregos. É importante compreender que, mesmo em teoria, o pagamento do trabalhador não é determinado pelo valor do seu produto.

O capital privado tende a concentrar-se em poucas mãos, em parte por causa da concorrência entre os capitalistas e em parte porque o desenvolvimento tecnológico e a crescente divisão do trabalho encorajam a formação de unidades de produção maiores à custa de outras mais pequenas. O resultado destes desenvolvimentos é uma oligarquia de capital privado cujo enorme poder não pode ser eficazmente controlado mesmo por uma sociedade política democraticamente organizada. Isto é verdade, uma vez que os membros dos órgãos legislativos são escolhidos pelos partidos políticos, largamente financiados ou influenciados pelos capitalistas privados que, para todos os efeitos práticos, separam o eleitorado da legislatura. A consequência é que os representantes do povo não protegem suficientemente os interesses das secções sub-privilegiadas da população. Além disso, nas condições existentes, os capitalistas privados controlam inevitavelmente, directa ou indirectamente, as principais fontes de informação (imprensa, rádio, educação). É assim extremamente difícil e mesmo, na maior parte dos casos, completamente impossível, para o cidadão individual, chegar a conclusões objectivas e utilizar inteligentemente os seus direitos políticos.

Assim, a situação predominante numa economia baseada na propriedade privada do capital caracteriza-se por

dois princípios principais: primeiro, os meios de produção (capital) são privados e os detentores utilizam-nos como acham adequado; segundo, o contrato de trabalho é livre. Claro que não há uma sociedade capitalista pura neste sentido. É de notar, em particular, que os trabalhadores, através de longas e duras lutas políticas, conseguiram garantir uma forma algo melhorada do “contrato de trabalho livre” para determinadas categorias de trabalhadores. Mas tomada no seu conjunto, a economia actual não difere muito do capitalismo “puro”.

A produção é feita para o lucro e não para o uso. Não há nenhuma dis-



Uma economia planeada não é ainda o socialismo. Uma tal economia planeada pode ser acompanhada pela completa opressão do indivíduo.

posição em que todos os que possam e queiram trabalhar estejam sempre em posição de encontrar emprego; existe quase sempre um “exército de desempregados. O trabalhador está constantemente com medo de perder o seu emprego. Uma vez que os desempregados e os trabalhadores mal pagos não fornecem um mercado rentável, a produção de bens de consumo é restrita e tem como consequência a miséria. O progresso tecnológico resulta frequentemente em mais desemprego e não no alívio do fardo da carga de trabalho para todos. O motivo lucro, em conjunto com a concorrência entre capitalistas, é responsável por uma instabilidade na acumulação e utilização do capital que conduz a depressões cada vez mais graves. A concorrência sem limites conduz a um enorme desperdício do trabalho e a esse enfraquecimento consciência

social dos indivíduos que mencionei anteriormente.

Considero este enfraquecimento dos indivíduos como o pior mal do capitalismo. Todo o nosso sistema educativo sofre deste mal. É incutida uma atitude exageradamente competitiva no aluno, que é formado para venerar o sucesso de aquisição como preparação para a sua futura carreira.

Estou convencido que só há uma forma de eliminar estes sérios males: a constituição de uma economia socialista, acompanhada por um sistema educativo orientado para objectivos sociais. Nesta economia, os meios de produção são detidos pela própria sociedade e são utilizados de forma planeada. Uma economia planeada, que adequaria a produção às necessidades da comunidade, distribuiria o trabalho a ser feito entre aqueles que podem trabalhar e garantiria o sustento a todos os homens, mulheres e crianças. A educação do indivíduo, além de promover as suas próprias capacidades inatas, tentaria desenvolver nele um sentido de responsabilidade pelo seu semelhante em vez da glorificação do poder e do sucesso na nossa actual sociedade.

No entanto, é necessário lembrar que uma economia planeada não é ainda o socialismo. Uma tal economia planeada pode ser acompanhada pela completa opressão do indivíduo. A concretização do socialismo exige a solução de problemas socio-políticos extremamente difíceis; como é possível, perante a centralização de longo alcance do poder económico e político, evitar a burocracia de se tornar toda-poderosa e vangloriosa? Como podem ser protegidos os direitos do indivíduo e com isso assegurar-se um contrapeso democrático ao poder da burocracia?

A clareza sobre os objectivos e problemas do socialismo é da maior importância na nossa época de transição. Visto que, nas actuais circunstâncias, a discussão livre e sem entraves destes problemas surge sob um tabu poderoso, considero a fundação desta revista como um serviço público importante. ✱

Tradução de Anabela Magalhães,
resistir.info

Pessoas idosas respostas sociais

POR HELENA PINTO

Já se tornou um lugar comum afirmar que a população está a envelhecer, que a esperança média de vida aumenta, que é preciso encontrar soluções de apoio às pessoas idosas, que estão colocados novos desafios. Tudo verdade, mas importa sobretudo analisar a situação de milhares e milhares de idosos e idosas a quem o Estado falta nos apoios sociais essenciais.

Existem 2 milhões de pobres no nosso país. Grande parte destes pobres são pessoas idosas, que trabalharam toda a vida, que ganhavam poucos salários e muitas vezes não descontavam para a Segurança Social, o que resultou em pensões de valores baixíssimos. Grande parte são mulheres, muitas viúvas, cujo trabalho nunca foi reconhecido e que hoje dependem de pensões de viuvez e mesmo de pensões de “sobrevivência”.

Esta situação há muito que está diagnosticada. Fazem falta soluções concretas. Soluções que se traduzem em opções políticas e também em opções orçamentais. A situação é muito grave, o que levou o Governo a criar o Complemento Solidário para Idosos, medida que aplaudimos, mas que se tem revelado insuficiente. Todas as alterações a esta medida social têm sido “arrancadas a ferro” ao Governo. É bom lembrar que quando a medida foi apresentada, as pessoas idosas tinham

que preencher 18 (dezoito) impressos de letra miudinha para se candidatarem. É uma medida positiva, mas ainda mantém estrangulamentos que limitam a sua eficácia. O número de candidatos ao CSI foi aumentando consoante a medida foi sendo desburocratizada e ainda hoje não atinge o número de idosos para a qual foi pensada.

O Complemento Solidário para Idosos é considerado como uma prestação social de combate à pobreza e um complemento ao valor da pensão. As pensões são pagas a 14 meses, mas o complemento é pago a 12 meses. Esta é uma alteração que o Bloco de Esquerda tem apresentado e que volta agora a reapresentar e que se justifica plenamente. Não custa assim tanto dinheiro (existem cerca de 240 mil pessoas idosas a receber este complemento e o seu valor médio é de 90 euros mensais). Não será este apoio mínimo, mas de elementar justiça, que desequilibra o défice. ✱

Orçamento de Estado: Coligação de desistências

POR JOSÉ GUSMÃO (INTERVENÇÃO NO DEBATE DO ORÇAMENTO DE ESTADO)

O orçamento do PS, PSD e CDS não é o orçamento que foi prometido aos portugueses.

Neste orçamento o Governo não faz o que prometeu, faz o que não prometeu, faz até o que prometeu que não faria. O PS da campanha eleitoral foi um PS que escondeu números, escondeu intenções, escondeu uma agenda. Essa agenda é agora conhecida e está aos olhos de todos: uma política de austeridade para as vítimas de sempre, uma política de facilidades para os suspeitos do costume.

O Primeiro-Ministro disse que Portugal foi o país que melhor reagiu à crise mas o seu Governo foi o Governo que colocou o desemprego em Portugal acima da média europeia, pela primeira vez na sua história. E desses desempregados, 300 mil não terão nenhum apoio do Governo em 2010.

O PS fez toda a sua campanha a falar nas virtudes do Investimento Público para o relançamento da economia e a criação de emprego. Bem pregou Frei Tomás. Contados os votos, o PS regressa à tendência de redução do Investimento Público. A realidade é que Portugal é o país que mais reduziu o investimento público nos últimos dez anos, mais de sete com o Partido Socialista e, se depender deste Governo, assim continuará.

Mas não tem de ser assim. É possível promover Investimento Público com impactos fortes e multiplicados na criação imediata de emprego, na redistribuição do rendimento, na coesão territorial, no apoio a pequenas e médias empresas, na qualidade de vida das nossas cidadãs. Fica o desafio: está o governo dis-

ponível para promover um programa nacional de reabilitação urbana?

O Governo diz que em tempos de crise são necessários sacrifícios.

Os funcionários públicos mais mal pagos da Europa viram o seu rendimento real cair 3,6% nos últimos dez anos.

salários na função pública, o Governo mantém e alarga o regime de excepção que autoriza a contratação sem concurso de Quadros Superiores e Intermédios, pagos por fora das regras da função pública, com os rendimentos que tinham ou dizem que tinham no sector privado.

Para alimentar clientelas, não é preciso contenção.

Já os reformados com pensões mais baixas terão um aumento inferior a três euros. São menos de dez cêntimos por dia. É o que vale para este Governo a dignidade de quem trabalhou uma vida inteira e continua na pobreza, porque é de pobres que estamos a falar.

Mas isso não chega ao PS. Depois de ter negociado com os parceiros sociais um processo de convergência do sistema de aposentações da função pública com o sistema geral, o Governo vem agora rasgar os seus próprios compromissos e mudar as regras a meio do jogo. O Governo mostrou que os parceiros sociais não podem confiar nem nos acordos que o Governo lhes impõe.

E chega ao ponto de inverter os seus próprios argu-

mentos. Depois de anos a dizer que era necessária uma convergência dos sistemas e que se tinha de ter em conta toda a carreira contributiva, o PS vem agora alterar a forma de cálculo para eliminar os aumentos de rendimento posteriores a Dezembro de 2005. Uma alteração absurda, que não tem em conta toda a carreira contributiva e não converge, antes diverge, do regime geral.

O rigor também não é para todos.



Depois do primeiro aumento real em dez anos, concedido em ano de eleições, o Governo quer o dinheiro de volta. E prepara-se para reduzir os salários na Função Pública, incluindo os mais baixos.

Essa medida terá, como o Governo bem sabe, como sempre acontece, impacto nas negociações salariais em todos os sectores.

Mas ao mesmo tempo que reduz os

Apesar dos discursos sentidos sobre a necessidade de extinção dos off-shores, um reconhecimento que tardou mas chegou, o Governo nem extingue o seu próprio off-shore nem impõe uma única restrição ao seu funcionamento. Assim, o off-shore continuará ser um buraco negro na fiscalidade e o terreno mais fértil para a criminalidade financeira.

Mesmo a obsessão pelo défice não é para todos. Segundo dados da Direcção Geral do Tesouro, os encargos só com as parcerias público-privado já celebradas até hoje ascendem a 48 mil milhões de euros. São 30% do PIB a pagar durante os próximos 40 anos, em negócios que foram arrasados pelo Tribunal de Contas.

Esta escolha fundamental é a marca deste orçamento e o PS não foi empurrado para este caminho. A Direita viabilizou o orçamento sem grandes sobressaltos, para assegurar que tudo fica na mesma. O PSD acorreu, aliás, ao apoio a esta política sem se dar ao trabalho de sequer simular uma negociação.

Já o CDS-PP teve uma entrada de leão e uma saída de sendeiro. Condição a viabilização do orçamento à aprovação de medidas de apoio aos jovens desempregados e ao aumento das pensões mínimas. Não conseguiu uma, não conseguiu a outra, mas vai viabilizar o orçamento à mesma. Entre os jovens desempregados e os pensionistas mais pobres, o CDS escolheu estar na fotografia do orçamento.

É por isso que o PS não aprova este orçamento porque negociou com a Direita. O PS escolheu negociar com a Direita porque este era o orçamento que queria apresentar. Este orçamento resulta de uma coligação negativa, a coligação das desistências: o CDS deixou cair as exigências; o PSD deixou cair a fachada; o PS deixou cair as promessas. ★

Pode ouvir a intervenção na íntegra em:

www.esquerda.net/content/view/15259/129/



A Presidência da República, órgão unipessoal, é contaminável pelas características das pessoas dos candidatos, que marcam a sua campanha.

Por isso, com todo o respeito por Fernando Nobre e por todos os que olham com simpatia para a sua candidatura, venho dizer que me surpreendeu o arranque da sua campanha.

Surpreende-me, não compreendo e não partilho este discurso que se diz “nem de esquerda, nem de direita”.

Estas notas não são sobre o médico que dedicou o seu trabalho ao mundo. Não é essa vida de solidariedade humanitária que define o candidato a presidente. Aliás, o Bloco não apoiou Alegre pela sua qualidade de poeta - mesmo que queira fazer da sua poesia voz do mundo. O Bloco apoia Manuel Alegre por ser quem mais abre espaço à esquerda e por ser quem pode disputar a primeira volta contra Cavaco Silva: foi ele que se destacou contra a iníqua avaliação docente, contra o Código de Trabalho, em defesa da Saúde pública e da Segurança Social. Este socialista representa uma coerência que é contrária, e corajosamente contrária, à das políticas liberais que nos têm desgobernado.

Cavaco prepara a reeleição. O nosso compromisso é o de juntar forças.

O Bloco escolheu abrir espaço à esquerda e evitar a proliferação de can-

didaturas porque é assim que disputa a vitória. Mas há quem tenha decidido de outra forma, e por isso, há também quem, no campo contrário, julgue ter razões para celebrar. Rui Ramos, Marcelo, a direita exulta: afirmam que a candidatura de Fernando Nobre divide a esquerda e deixa Cavaco acima de quezílias partidárias.

Na verdade, a direita vive um misto de euforia e medo. Mas as generalizações de Fernando Nobre sobre “os partidos” são perigosas e a redenção do país pelo carisma de um indivíduo é uma fórmula gasta. Sei que Nobre tem valores solidários, mas o seu discurso anti-político cria confusão onde devia haver clareza. Surpreende-me, não compreendo e não partilho este discurso que se diz “nem de esquerda, nem de direita”.

O “imperativo moral” que move o presidente da AMI é evidentemente sincero, mas quando chega ao candidato presidencial Fernando Nobre torna-se um biombo para um discurso opaco: nos últimos dias já propôs uma coligação entre todos os partidos de esquerda e de direita, afirmou-se simpatizante monárquico e afirmou querer “incluir toda a gente num projecto nacional. Há muita gente que ainda não entendeu que já ninguém acredita nessas coisas da direita e da esquerda”. Sinais equívocos. Eu estou entre os muitos e muitas que acredita e que sabe que há mesmo “coisas da direita e da esquerda”, e que é a clareza de alternativas sociais que é necessária para a luta de hoje.

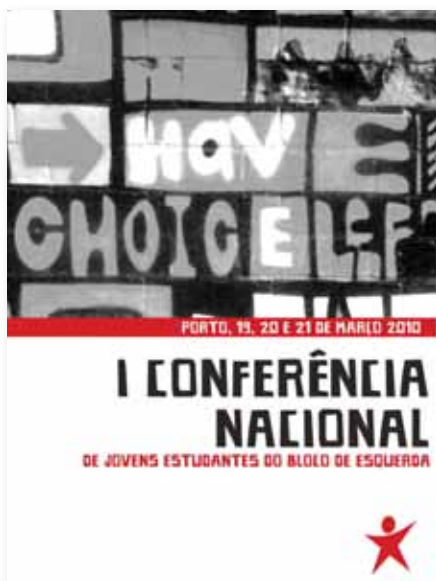
Uma candidatura de esquerda é o única resposta inequívoca para vencer Cavaco.★

“Estudantes por empréstimo” percorre o país

O deputado José Soeiro é o animador do projecto “Estudantes por empréstimo”, que a partir da técnica do teatro legislativo já contactou com muitas escolas, associações de estudantes e serviços de acção social para recolher histórias de casos concretos da realidade dos estudantes bolsheiros no ensino superior e discutir a proposta do Bloco para alterar o regime de atribuição de bolsas de estudo.



I Conferência Nacional de Jovens Estudantes do Bloco de Esquerda



Já está disponível o caderno que reúne as duas Moções de Orientação Política entregues à Comissão Organizadora da I Conferência de Jovens Estudantes do Bloco de Esquerda, a realizar-se nos dias 19, 20 e 21 de Março, no Porto. Na última quinzena de Fevereiro foram organizados em vários distritos os debates entre as duas moções de orientação propostas aos delegados – “A radicalidade dos jovens em todas as lutas pelo Socialismo” e “Por uma juventude de combate”

Bloco questiona Parque Escolar e ajustes directos

O Bloco quer que as sete escolas secundárias transferidas para a empresa Parque Escolar voltem para as mãos do Ministério e defende o fim da transferência de mais escolas e do regime de ajuste directo. “Queremos saber por que é que o património passa para a Parque Escolar, se vai ser privatizado e que modelo por ajuste directo é este que faz com que todas as obras sejam sempre adjudicadas aos mesmos”, questionou a deputada do Bloco Ana Drago, referindo-se ao facto de “o bolo da requalificação estar nas mãos de apenas quatro empresas de construção civil”.



AM Faro: Precários da autarquia devem ser integrados

Na sua sessão do dia 22 de Fevereiro, a Assembleia Municipal de Faro debateu e aprovou, com os votos dos partidos de esquerda, a moção apresentada pelo Bloco, que recomenda ao Executivo Municipal a integração dos trabalhadores com contrato por tempo determinado, 199 segundo o quadro de pessoal de 2009. A concelhia do Bloco/Faro anunciou que continuará atenta à aplicação desta recomendação.





O clima farto de nós?

FÓRUM PELA JUSTIÇA CLIMÁTICA

26 e 27 de Março | Lx Factory
Livraria Ler Davagar
Rua Rodrigues Faria 103

A Conferência de Copenhaga saldou-se num enorme fracasso: os grandes Estados - com destaque para os EUA e para a China - adiam a tomada de decisões vinculativas e a Europa, que se apresentou na conferência com a plataforma de exigência mais avançada, foi incapaz de se bater por ela em aliança com os países do terceiro mundo.

Copenhaga prosseguirá agora em Bona e no fim do ano na cidade do México. É indispensável manter a pressão sobre os governos mobilizando as opiniões públicas e os activismos. Esta iniciativa é o nosso contributo para esse vasto movimento alter-global. Ela terá por isso dimensão internacional, sendo promovida em cooperação entre o Bloco e a Esquerda Europeia.



MAIS INFORMAÇÕES EM
WWW.ESQUERDA.NET